

Parecer 184: Visão 2040

Com este parecer, os membros do CC SUL pretendem participar na iniciativa «Visão 2040» liderada pela Comissão Europeia e recordar os desafios cruciais que as nossas partes interessadas devem e terão de enfrentar para garantir a sustentabilidade ambiental e socioeconómica do setor das pescas europeu. No final do parecer, o CC SUL apresenta as suas recomendações para responder a esses desafios.

I. Desafios atuais e futuros

1. Independência, competitividade europeia e sustentabilidade

O contexto geopolítico atual revela a importância da independência e da competitividade do setor das pescas europeu. Tanto para manter um tecido socioeconómico robusto, como para a sua soberania e segurança alimentar. O desafio consiste em conciliar competitividade e sustentabilidade. Para tal, devemos poder contar com conhecimentos científicos sólidos e inovadores. A União Europeia deve poder contar com os seus institutos científicos para defender posições exigentes a nível internacional, nomeadamente no seio das ORGP. O CC SUL concorda, portanto, com a necessidade de manter o financiamento de institutos científicos importantes e o financiamento da transferência de inovações da investigação para a aplicação em navios. Isto requer também a aplicação de um verdadeiro processo de consulta com as partes interessadas, a fim de tirar partido das suas experiências e conhecimentos.

A fim de garantir a competitividade europeia, e na medida em que a União Europeia promove a sustentabilidade das pescas nos fóruns internacionais e tem fortes ambições ambientais para os seus pescadores, a União Europeia deve utilizar todos os instrumentos disponíveis, incluindo aqueles que garantem um quadro de concorrência real e equitativa entre os produtos europeus e os produtos importados, nomeadamente assegurando a transparência nas negociações dos tratados comerciais que promove no âmbito do comércio livre mundial. A União Europeia deve também garantir que os produtos importados cumprem as mesmas normas ambientais, sociais e de rastreabilidade que os produtos capturados ou produzidos na UE.

No que diz respeito ao planeamento marítimo, os membros do CC SUL consideram que deve ser dada prioridade às atividades de produção de alimentos para consumo humano. Os membros do CC SUL acompanham de perto o desenvolvimento da energia eólica offshore, a exploração mineira e outras atividades submarinas que, por definição, limitam o seu espaço histórico, e estão preocupados com a falta de transparência destes projetos e com a falta de estudos independentes. É necessário avaliar corretamente o impacto que as novas atividades terão nas zonas afetadas.

2. Resiliência face às alterações climáticas e à degradação dos ecossistemas

Apesar das inúmeras medidas e planos de gestão em vigor, os profissionais, com base nos seus conhecimentos empíricos, tal como os cientistas, observam alterações biológicas, comportamentais e na distribuição das espécies: evoluções atribuíveis a vários fenómenos, mas também e sobretudo às alterações climáticas. Para se manter relevante, a gestão das pescas deve, segundo os membros do CC SUL, evoluir para um sistema mais adaptável que permita reduzir a vulnerabilidade às alterações climáticas. Devem ser elaboradas soluções comuns, em que a experiência e os conhecimentos sejam valorizados na gestão das pescas, a fim de encontrar o equilíbrio certo entre as atividades humanas e a saúde dos ecossistemas marinhos.

Com efeito, as medidas atuais não respondem aos desafios colocados pelas alterações climáticas. As unidades populacionais estão a degradar-se e/ou a deslocar-se, ao mesmo tempo que as pescas estão sujeitas a inúmeras restrições regulamentares há várias décadas: é necessário antecipar para evitar crises futuras e visar a sustentabilidade das pescas e ecossistemas saudáveis.

Além disso, a gestão dos ecossistemas marinhos deve ter em conta todas as atividades humanas: os membros do CC SUL vêm alertando há muitos anos para o impacto não quantificado e não regulamentado das atividades terrestres na qualidade das águas e, consequentemente, na produção pesqueira. O CC SUL também destaca o impacto das espécies invasoras no seu parecer 144. Por fim, são evidentemente necessárias medidas fortes contra a pesca IUU para proteger a biodiversidade. É urgente implementar uma vigilância e uma gestão adequadas para fazer face às alterações climáticas e iniciar verdadeiramente uma transição para atividades que não contribuam para a degradação dos ecossistemas nem para a aceleração das alterações climáticas.

3. Renovação geracional

O setor já enfrenta uma escassez generalizada de mão de obra, independentemente da idade. O futuro do setor dependerá, portanto, da sua capacidade de atrair profissionais, independentemente da idade, oferecendo perspetivas de vida dignas. No entanto, nenhum setor económico será socialmente atrativo se não for viável e rentável do ponto de vista económico e se não beneficiar de segurança jurídica e estabilidade regulamentar.

Sem um quadro económico viável, sem mecanismos de valorização eficazes e sem estabilidade regulamentar, não haverá renovação geracional. Em vez disso, haverá um envelhecimento e um enfraquecimento progressivos do setor. A política europeia deve, portanto, permitir que os futuros profissionais se projetem a longo prazo numa atividade económica sustentável do ponto de vista socioeconómico e ambiental. Isto deve passar pela adoção de políticas estáveis, simplificadas, previsíveis e coerentes, que privilegiem a justiça, a equidade, a cooperação e que se baseiem nos direitos humanos. O setor deve poder confiar nos seus representantes institucionais.

Além disso, a instabilidade dos rendimentos no setor das pescas é um dos principais fatores que levam os trabalhadores a abandonar o setor. Ao contrário de muitos setores terrestres, a atividade das pescas não oferece garantias salariais mínimas estáveis. Paralelamente, o aumento sucessivo do salário mínimo nacional, embora socialmente compreensível, não se reflete automaticamente de forma positiva na pesca. Se não houver um aumento real do valor comercial do peixe e da rentabilidade das empresas, torna-se impossível garantir melhores remunerações de forma sustentável.

Além disso, é necessário valorizar o papel social dos pescadores e melhorar a segurança e o conforto a bordo, bem como garantir um trabalho digno ao longo de toda a cadeia de valor. O CC SUL concorda com a necessidade de inovar para melhorar a habitabilidade dos navios e eliminar as restrições regulamentares que os impedem. É necessário privilegiar as organizações, práticas e equipamentos que contribuem para o emprego local dentro dos limites ecológicos, reforçando simultaneamente as parcerias, o trabalho em rede e a cooperação. É igualmente necessário investir na formação e repensar o sistema de formação do setor.

4. Transição energética e estabilidade

O CC SUL identifica a transição energética do setor das pescas como uma oportunidade de crescimento sustentável e de criação de emprego na fileira, nomeadamente em terra, mas esta só poderá ser concretizada ao longo do tempo e sem uma evolução da regulamentação, uma melhoria dos conhecimentos e um apoio financeiro. A transição energética deve ser realizada de forma inclusiva, modernizando os navios e a cadeia de valor, mas de forma a reduzir a sua pegada de carbono e tendo sempre em mente o objetivo de respeitar os limites ecossistémicos e a sustentabilidade do próprio setor.

II. Recomendações

Em conclusão, os membros do CC SUL identificam as seguintes prioridades para garantir a sustentabilidade ambiental e socioeconómica do setor das pescas europeias de hoje, de 2040 e do futuro:

Prioridades científicas desenvolvimento de conhecimentos

- Manter o financiamento de institutos científicos importantes e o financiamento da transferência de inovações da investigação para a aplicação em navios
- Manter um processo de consulta e escuta contínua com as partes interessadas da pesca, a fim de tirar partido dos seus conhecimentos empíricos.
- Manter/desenvolver um esforço de investigação significativo para compreender o impacto dos parâmetros físicos no comportamento e na biologia das espécies.
- Integrar os aspetos climáticos nas avaliações através da utilização de indicadores específicos que permitam compreender melhor as alterações globais nos ecossistemas.

Prioridades políticas gestão das atividades

- Priorizar as atividades de produção de alimentos no âmbito do planeamento marítimo
- Levar em consideração todas as atividades humanas na gestão dos ecossistemas marinhos.
- Rever a solidez das regras e medidas em vigor nas águas da sua área de competência, face aos impactos identificados relacionados com as alterações climáticas
- Utilizar todos os instrumentos disponíveis para garantir um quadro de concorrência real e equitativa entre os produtos europeus e os produtos importados
- A adoção de políticas estáveis, simplificadas, previsíveis e coerentes e uma coordenação adequada da Comissão Europeia com os Estados-Membros e as partes interessadas.